



MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS
Assessoria Especial de Controle Interno
Comitê de Integridade, Transparência, Acesso à Informação, Riscos e Controle

REGISTRO DE REUNIÃO

MEMÓRIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CITARC

31/10/2024

DADOS DO COLEGIADO

Colegiado: Comitê de Integridade, Transparência, Acesso à Informação, Riscos e Controle
Sigla: CITARC

Ato de Criação: Portaria GM/MGI nº 5.897, de 5 de outubro de 2023
Periodicidade das reuniões ordinárias: 6 vezes ao ano (Art. 4º, Inciso I)

Presidência: Francisco Eduardo de Holanda Bessa (AECI)
Secretaria-Executiva: Helena Carvalho Frois (CORIS/AECI)

DADOS DA REUNIÃO

Data: 31 de outubro de 2024
Horário: 9h30min – 12h
Local: Salão Nobre, Bloco K, Esplanada dos Ministérios.
Tipo: () Presencial () Vídeo Conferência (x) Híbrida

PAUTA DA REUNIÃO

1. Pauta Deliberativa:

1.1 Proposta da Resolução Nº 04 – Guia de Gestão de Riscos do MGI – AECI-CORIS;

2. Pauta Informativa:

Governança

2.1 Apresentação do Relatório do MGI – iESGo – DGE-CGGOV

Integridade

2.2 Plano Federal e Plano Setorial de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio e Discriminação - SE.

2.3 Atualização contínua e monitoramento do Plano de Integridade do MGI - 2024/2025 - AECI-COINT.

Controle

2.4. Importância do acompanhamento das abordagens dos Órgãos de Controle (TCU e CGU) no MGI-AECI-CGAC;

Riscos

2.5. Atualização trimestral dos Planos de Gestão de Riscos dos Órgãos do MGI – AECI-CORIS; e Apresentação do Painel de Gestão de Riscos do MGI – AECI-CORIS.

CITARC

2.6. Monitoramento do Plano CITARC 2024 – AECI-CORIS; e Boletim CITARC – AECI-CORIS;

2.7. Avaliação de Conformidade e Performance dos Comitês de Governança (ACPG) do MGI.

REUNIÃO

Em 31 de outubro de 2024, às 9h30min, reuniram-se os membros, titulares e suplentes, do Comitê de Integridade, Transparência, Acesso à Informação, Riscos e Controle (CITARC) do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).

O Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno (AECI) e Presidente do CITARC, Sr. Francisco Eduardo de Holanda Bessa, recebeu os membros e demais participantes, realizou a conferência e confirmação do quórum de participação, em seguida iniciou a reunião comentando sobre os itens da pauta, e passou a palavra para dar início aos informes.

1) DELIBERAÇÃO:

1.1) Proposta da Resolução N° 04 – Guia de Gestão de Riscos do MGI – AECI-CORIS

A Coordenadora de Suporte à Gestão de Riscos Substituta (AECI/CORIS), Sr.^a Helena Frois, iniciou sua fala relatando um breve histórico sobre o processo de elaboração do Guia de Gestão de Riscos do MGI, o qual foi elaborado pela equipe técnica da AECI/CORIS, entre os meses de junho e julho, e compartilhado em agosto com os voluntários indicados pelas unidades. Ainda, informou que ocorreram três reuniões no mês de setembro, das quais resultaram as contribuições orais e escritas dos voluntários, que foram analisadas e consideradas na atualização da minuta, compartilhada com todos os membros do CITARC, via Teams.

O Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno (AECI) e Presidente do CITARC, Sr. Francisco Bessa, aproveitou para registrar os agradecimentos aos servidores voluntários que participaram da revisão do Guia de Gestão de Riscos.

Em sequência, a Sr.^a Helena Frois detalhou a organização dos capítulos e conteúdo que compõe o Guia de Gestão de Riscos, com destaque para a declaração do apetite a riscos do MGI. Nesse contexto, esclareceu que o apetite representa o nível de exposição que a organização está disposta aceitar, e que no caso do MGI esse será moderado, ou seja, o órgão poderá assumir riscos de níveis pequeno ou moderado, sem a necessidade de adoção de plano de ação com medidas de tratamento, desde que não prejudiquem o alcance dos objetivos organizacionais.

Em complementação, evidenciou que em relação aos riscos à integridade ficou definido apetite zero, indicando que mesmo quando em níveis pequeno e moderado a recomendação é que o risco seja tratado. No mesmo sentido, o Sr. Francisco Bessa ressaltou que esta recomendação não se trata de tolerância zero em relação a um aspecto de natureza comportamental, mas sim um viés tecnicista. Isto quer dizer que, identificado um risco à integridade em um objeto de risco, como processo de trabalho, unidade organizacional, ou outro qualquer, ele não deverá ser desprezado. Para os demais riscos, observou que aqueles acima do apetite definido deverão ter planos de ações mitigadoras, que serão monitorados pela AECI/CORIS.

Após, a Sr.^a Helena Frois compartilhou a minuta com a redação proposta para a Resolução CITARC/MGI N° 04, que aprovou o Guia de Gestão de Riscos, para deliberação dos membros. A Sr.^a Maria da Penha Cruz, da Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP), tomou a palavra e sugeriu alteração na ementa, com texto objetivo indicando a aprovação do guia. Em seguida, a Sr.^a Nathalia Karoline Vale, da Consultoria Jurídica (CONJUR), indicou ajustes de aspectos formais do texto, para adequação ao que postula a legislação pertinente para edição de normativos. A Sr.^a Edi Damasceno, da Secretaria de Relações do Trabalho (SRT) também contribuiu com o texto do parágrafo único, para maior objetividade na redação.

Por fim, o Presidente do CITARC, Sr. Francisco Bessa, submeteu a versão final da minuta de resolução para apreciação de todos e deliberação dos membros presentes com direito a voto. Assim, após aprovação da Resolução CITARC/MGI N° 04, registrou que o CITARC levará a aprovação do Guia à ciência do Comitê Ministerial de Governança (CMG), notadamente sobre o conteúdo relativo ao apetite a riscos, como pauta na última reunião do ano do CMG.

2) INFORME:

2.1) Apresentação do Relatório do MGI – iESGo – DGE-CGGOV

A Coordenadora de Modelagem, Monitoramento e Avaliação em Governança (DGE/CGGOV/COMAG), Sr.^a Daniele Meira Borges, iniciou a apresentação do Relatório iESGo do MGI, explicando que o objetivo do índice utilizado é avaliar o nível de adesão das organizações públicas federais e de outros entes jurisdicionados ao Tribunal de Contas da União (TCU) em relação às práticas ESG, em alguns temas como: liderança, estratégia, controle, gestão de pessoas, tecnologia da informação, entre outros.

Os resultados do MGI foram demonstrados em comparação a outros ministérios e outros órgãos da administração pública direta. Dessa forma, a Sr.^a Daniele Borges registrou que o MGI alcançou o 5º lugar no ranking geral dos participantes do levantamento, e que houve melhora em todos os indicadores que compõem o questionário de 2024, em comparação aos resultados obtidos em 2021 no então Ministério da Economia.

Entretanto, pontuou que o MGI obteve nota de 39% em relação ao indicador referente à sustentabilidade ambiental e social, em um estágio inicial de capacidade, posição similar ao de outros ministérios, tendo em vista que se trata de uma novidade no levantamento de 2024.

O Sr. Érico Madruga, da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), pediu a palavra para comentar sobre o indicador de sustentabilidade, e sugeriu que no próximo ciclo de avaliação as áreas finalísticas possam ser consultadas para o preenchimento do questionário. Em que pese a Secretaria de Serviços Compartilhados (SSC) possuir conhecimento amplo e controle sobre ações das outras áreas, vale a consulta tendo em vista que pode contribuir com a juntada de evidências de sustentabilidade social, como por exemplo no caso da SPU quando realiza a entrega de 500 imóveis da união para habitação social, ou quando a SEGES faz uma contratação de mulheres em situação de violência.

Em continuidade, a Sr.^a Daniele Borges registrou ainda que na avaliação dos itens 1121 e 3133 do questionário o MGI ficou abaixo das notas do poder executivo. O primeiro item trata da adesão ao Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC), assim, ponderou que o MGI adota outro programa similar (o Modelo de Maturidade em Integridade Pública da CGU), dessa forma, a resposta negativa a essa questão baixou o nível do indicador medido para 23,75%. O segundo item refere-se ao acompanhamento dos resultados da auditoria interna, obtendo 50% de nota.

O Sr. Francisco Bessa, por sua vez, comentou que a adesão ao PNPC não é obrigatória, e sim uma iniciativa do TCU para que os órgãos possam ter um portfólio de medidas para se tornarem mais resistentes à corrupção. Ainda, que o MGI já possui um modelo de maturidade em integridade pública, ofertado pela Controladoria-Geral da União (CGU), órgão central do Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à informação (SITAI) no Executivo Federal. Nesse ponto, informou que o MGI argumentou ao TCU que ainda que não tenha aderido ao PNPC, está trabalhando para buscar a melhor convergência aos KPAs do modelo de maturidade em integridade pública.

A Sr.^a Maria da Penha (SGP) solicitou a palavra e observou que essa questão precisa de maior interlocução com o TCU, uma vez que o MGI já adota um programa customizado para sua realidade e a adesão ao PNPC não é obrigatória, então a questão apresentada no questionário deveria ser revista, apresentando a opção para resposta quanto à aderência ao PNPC ou a outro programa.

Em relação à questão 3133, o Sr. Francisco Bessa pontuou que de fato existe um déficit, ainda que se tenha uma relação próxima a CGU, mas não há algo mais sistematizado. Assim, sugeriu que o Sr. Dilson Neto, Coordenador-Geral de Acompanhamento e Controle (AECI/CGAC), possa abordar a CGU para participar da próxima reunião do CITARC, com intuito de que eles realizem uma apresentação sobre os resultados da Auditoria Interna no MGI, e em sequência o CITARC possa repassar esse informe ao CMG. Nesse sentido, a Sr.^a Juliana Rodrigues, da Assessoria de Participação Social e Diversidade (APSD), sugeriu buscar definir uma participação periódica com a CGU, semestralmente por exemplo, para que essa participação não seja episódica, de forma a atender melhor a essa questão.

Seguindo a apresentação, a Sr.^a Daniele Borges informou que a DGE/CGGOV elaborou uma nota informativa encaminhada às unidades, na qual consta o plano de ação para desenvolvimento de ações

proativas concernentes às 18 questões críticas, na qual a capacidade do MGI consta como inicial, ou seja, de 0 a 39%.

Por fim, o Sr. João Carneiro, Presidente da Comissão de Ética (CE), reforçou sobre a importância do tema da sustentabilidade e que essa ação merece prioridade para ser planejada de forma mais robusta, reunindo o que as secretarias estão fazendo em um plano do ministério, e sugeriu ainda incluir a SPU no grupo que tratará desse tema. A Sr.^a Daniele Borges concluiu informando que o Plano de Logística Sustentável, que está sendo coordenado pela DGE/CGFOR, será em breve formalizado e deve seguir nesse contexto da sugestão, de forma a ter uma visão sistêmica do MGI, e envolver as secretarias finalísticas.

2.2) Plano Federal e Plano Setorial de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio e Discriminação - SE.

A Diretora de Programa da Secretaria-Executiva (SE), Sr.^a Anna Venturini, iniciou sua apresentação realizando uma contextualização temporal sobre o plano federal e plano setorial de prevenção e enfrentamento ao assédio e discriminação, informando que as ações dentro da temática iniciaram em 2023, com a publicação do decreto nº 11.534, que instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI).

No âmbito do MGI, informou que foi instituído, por meio de portaria, Grupo de Trabalho (GT) composto por várias áreas do ministério, para a elaboração do plano setorial específico do órgão para a implementação e monitoramento do programa federal. Esse plano contará com três eixos de ações, são eles: Prevenção, com ações de sensibilização; Acolhimento, com redes e canais de acolhimento; e Tratamento de denúncias, com estabelecimento de diretrizes e orientações.

A Sr.^a Anna Venturini informou ainda que a SE/MGI é responsável pela coordenação do GT, e que o papel de Secretaria-Executiva do grupo é realizado pela AECI/COINT. As reuniões foram realizadas duas vezes por semana, com o objetivo de coletar os insumos das áreas para pensar as ações que o MGI pode começar a desenvolver, com intuito de reduzir os riscos de assédio e discriminação. Assim, pontuou que já foram coletadas sessenta e quatro propostas de ações, que serão consolidadas e formalizadas na proposta do Plano Setorial do MGI. Em conclusão, registrou agradecimento pela participação de todas as áreas e pelo apoio da AECI/COINT.

Em seguida, a Sr.^a Maria da Penha solicitou a palavra e questionou se existirá uma estrutura de ambiente de acolhimento dos servidores para escuta de denúncias. Nesse momento, a Sr.^a Ana Carolina Quintanilha, Ouvidora do MGI, relatou que é preciso pensar em um modelo mais adequado, mas que até o momento o acolhimento é feito pela Ouvidoria, que possui uma sala de atendimento presencial no térreo do edifício sede, nos casos que necessitam de maior privacidade, e em outras situações a sala da Ouvidoria é utilizada, além da possibilidade de atendimentos em ambientes externos.

Outrossim, a Sr.^a Ana Carolina relatou os desafios enfrentados pela Ouvidoria, em relação ao quantitativo de servidores em seu quadro, sobretudo os estatutários, questão que já está em tratativas junto à Secretaria-Executiva para o recebimento de novos servidores advindos do CPNU, e transição contratual de terceirizados. Além disso houve necessidade de se estabelecer limitação para atendimentos pré-agendados, como medidas de contenção e atendimento dos prazos.

Ainda em relação ao acolhimento de denúncias, o Sr. João Carneiro (CE) destacou a necessidade de pensar como o acolhimento deverá ocorrer regionalmente, com a rede de acolhimento, e que para além da denúncia está o desafio de construir a diretriz sobre como promover a proteção do servidor, evitando sua revitimização, considerando a capacidade operacional reduzida de trabalho dessas unidades.

Nesse contexto, o Sr. Francisco Bessa tomou a palavra e aproveitou para lembrar sobre a rede dos multiplicadores de integridade que já existe nas regionais, cujos servidores possuem em tese um perfil potencial para atuar na rede de acolhimento, se receberem a capacitação proposta no Plano Setorial de Enfrentamento ao Assédio e Discriminação, a ser promovida pela Ouvidoria.

2.3) Atualização contínua e monitoramento do Plano de Integridade do MGI - 2024/2025 - AECI-COINT

O Sr. Francisco Bessa convidou a todos a participarem de dois eventos, na semana seguinte à reunião do CITARC. O primeiro será realizado no dia 06 de novembro, às 17h, e se trata da “III Formação para a Alta Administração - Integridade e Gestão: IA e Desafios do Futuro”, o público-alvo é a alta administração e será conduzida pelo Sr. Wesley Vaz, Secretário de Controle Externo do TCU. O segundo evento será a “Live Comissão de Ética em Ação: Saúde Mental”, que ocorrerá no dia 07 de novembro, com o palestrante Davi Cavalieri, endereçada indistintamente a todos os servidores do MGI.

2.4) Importância do acompanhamento das abordagens dos Órgãos de Controle (TCU e CGU) no MGI-AECI-CGAC

O Sr. Dilson Neto, Coordenador-Geral de Acompanhamento e Controle (AECI/CGAC), fez um breve informe destacando a publicação da Portaria Interministerial AGU/CGU nº 3, de 4 de outubro de 2024, que estabelece diretrizes e critérios de atuação das Assessorias Especiais de Controle Interno e das Consultorias Jurídicas em processos que tramitam no TCU. Pontuou ainda que essa portaria não difere muito dos procedimentos já realizados atualmente, previstos na Portaria MGI nº 910, de 23 de março de 2023.

Nesse sentido, o Sr. Dilson Neto indicou que as unidades tomem conhecimento e façam a leitura das portarias citadas, e estejam atentos às movimentações processuais, principalmente quanto às fases que antecedem a submissão do processo ao juízo do relator pois, por exemplo, peças importantes que são produzidas no processo já podem indicar que o TCU está produzindo uma instrução técnica que não converge com a convicção das áreas de gestão, sendo já possível acionar a CONJUR para também acompanhar esses processos.

2.5) Atualização trimestral dos Planos de Gestão de Riscos dos Órgãos do MGI e Apresentação do Pannel de Gestão de Riscos do MGI – AECI-CORIS.

A Sr.^a Helena Frois informou que todas as unidades realizaram a revisão do 3º trimestre do Plano de Gestão de Riscos e indicou que serão solicitadas agendas junto a essas unidades para realização de reuniões específicas de reporte sobre as ações de gestão de riscos. Aproveitou para compartilhar o Pannel de Gestão de Riscos, criado pela equipe da AECI /CORIS, o qual será disponibilizado para utilização das próprias unidades de maneira a aprimorar o monitoramento dos riscos levantados e registrados no Sistema de Gestão Estratégica (SisGE).

2.6) Monitoramento do Plano CITARC 2024 e Boletim CITARC – AECI-CORIS;

Em relação às pautas do CITARC, a Sr.^a Helena Frois, como representante da Secretaria-Executiva do comitê, relatou que o plano de ações se encontra no 4º ciclo de monitoramento, e que as ações previstas já estão sendo cumpridas, como a aprovação da metodologia de gestão de riscos e do apetite a riscos do MGI e a apreciação do uso do modelo de maturidade de integridade pública da CGU. Além disso, reforçou que a última reunião do CITARC ocorrerá no dia 12 de dezembro.

Ademais, informou que a edição nº 3 do Boletim Informativo CITARC foi encaminhada para todos os membros do comitê, por e-mail e por meio do chat da reunião no *Teams*, destacando o informe sobre a realização da 50ª edição da Rede GIRC, edição especial pelos 7 anos da rede, que contará com o lançamento do livro “Integridade: riscos e reflexões para o setor público – uma jornada de 7 anos da Rede GIRC”, no dia 05 de novembro, às 9h30, no auditório do subsolo do MGI.

2.7) Avaliação de Conformidade e Performance dos Comitês de Governança (ACPG) do MGI.

Em relação ao último item da pauta, a Sr.^a Daniele Borges (CGGOV/DGE/SSC) comentou sobre a avaliação de conformidade e performance dos comitês de governança do MGI, cujo questionário foi

encaminhado na semana anterior a todos os membros titulares e suplentes do CITARC, para respostas até dia 14 de novembro. Esse instrumento foi utilizado pela primeira vez em 2022, no âmbito do antigo Ministério da Economia, avaliando 9 comitês existentes, com objetivo de promover a aprendizagem e compreensão dos mecanismos de adequação de normas e ritos dos colegiados de governança.

A Sr.^a Daniele Borges detalhou os componentes da autoavaliação, agrupada em cinco blocos de questões relacionadas à conformação do comitê, aos ritos instituídos, a coordenação executiva, a comunicação com os membros e a contribuição para a geração de resultados. Assim, observou que posteriormente as respostas serão consolidadas em forma de relatório descritivo com os dados qualitativos e com proposições de melhoria para o comitê.

3) CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Ao final da reunião, o Presidente do CITARC agradeceu a presença de todos os participantes, e finalizou ratificando que a próxima reunião do CITARC ocorrerá no dia 12 de dezembro de 2024.

FRANCISCO EDUARDO DE HOLANDA BESSA
Presidente do CITARC
Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno - AECI

Anexo – Participantes da 7ª Reunião Ordinária do CITARC

Membros Titulares

Com Direito a Voz e Voto		Com direito a Voz	
	GM	Ana Carolina Quintanilha dos Santos Loriato	OUV
Paulo Felipe Carvalho da Silva	SE	Fernanda Álvares da Rocha	CORREG
	SETE	Francisco Eduardo de Holanda Bessa	AECI
	SEGES		APSD
	SGP		AECS
Mário dos Santos Barbosa	SRT		AEAI
	SGD		ASPAR
	SEST		AECF
Camila Porto Fasolo	SPU	Nathalia Karoline Carvalho Maia Vale	CONJUR
Wanessa Queiroz de Souza Oliveira	SSC	João Carlos Barboza Carneiro	CE
Gecilda Esteves Silva	AN		

Membros Suplentes

Com Direito a Voz e Voto		Com direito a Voz	
	GM		OUV
	SE	Cláudio Hermann Domingos Magalhães	CORREG
Roberta Tiemi Saita	SETE	Dilson Gonzaga Pereira Neto	AECI
	SEGES	Juliana Mendes Rodrigues	APSD
Maria da Penha Barbosa da Cruz	SGP		AECS

Edi Damasceno Maciel	SRT	Victoria Echeverria	AEAI
Ana Carolina Romão Degaspari	SGD		ASPAR
Elisa de Oliveira Alves	SEST		AECF
Érico de Ávila Madruga	SPU		CONJUR
Paulo Augusto Rocha Goulart	SSC		CE
	AN		

Equipe AECI

Nome	Unidade
Ana Ndjane Melo Santos de Camargo Spina	AECI/COINT
André Walther Breternitz	AECI/CGAC
Camila Pozzer	AECI/CORIS
Carlos Alberto de Camargo Spina	AECI/CORIS
Helena Carvalho Frois	AECI/CORIS
Karina Mendes Nunes Viana	AECI/COINT
Renato Coelho Lopes Júnior	AECI/COINT
Rita de Cássia Teixeira Souza	AECI/CORIS

Participantes Convidados

Nome	Órgão
Daniele Meira Borges	SSC
Felipe Brum Mello	SSC
Rhamu Guimarães Aguiar de Oliveira	SSC
Rosana Celia da Silva Araujo	SSC
Anna Carolina Venturini	SE
Fernanda F Costa Carvalho	SSC



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Eduardo de Holanda Bessa, Presidente(a) de Comitê**, em 29/11/2024, às 18:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **46690094** e o código CRC **5CA5400E**.